

EDUCAÇÃO, ESCOLA E NEOLIBERALISMO: O PROFESSOR VIROU INSTRUTOR?

Fábio Stoffels¹

Daniella Lopes de Souza Machado²

Liliane Barros de Almeida³

Resumo: Este artigo analisa as influências neoliberais no Estado e nas políticas educacionais brasileiras das últimas décadas e as mudanças ocasionadas por essas políticas na atuação profissional do professor. A partir de uma pesquisa bibliográfica que descreve o modelo econômico neoliberal e resgata a sua chegada ao Brasil dos anos 1990, buscou-se compreender as transformações que esse modelo trouxe ao Estado brasileiro e às escolas nos últimos anos a fim de se fazer uma leitura crítica sobre como a descaracterização da função de professor vem acontecendo na contemporaneidade. Percebe-se que a proposta avaliativa do Saeb, que responde à necessidade neoliberal de controle dos serviços públicos, e a Base Nacional Comum Curricular, entre outras propostas governamentais, transformam cotidianamente as atividades da escola e as práticas do professor, controlando o que e como ele ensina e alinhando o seu trabalho às premissas neoliberais.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Educação, Trabalho do professor, Instrução.

INTRODUÇÃO

Desde que surgiu na primeira metade do século XX⁴, o neoliberalismo tem modificado as relações econômicas do modo de produção e impactado as maneiras de

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE da Universidade Estadual de Goiás – UnU Inhumas, graduado em Letras pela Universidade Católica de Brasília, especialista em Formação de Professores de Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: fabiostoffels@hotmail.com.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE da Universidade Estadual de Goiás, graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás, bolsista CNPQ de Iniciação Científica, especialista em Ensino e Metodologia do Ensino Superior pelo Instituto de Educação Superior de Goiás – IESGO. Professora efetiva na Secretaria de Educação do Distrito Federal. E-mail: daniellalopesdesouza@gmail.com

³ Professora Orientadora: Doutora e Mestre em educação pela Universidade Federal de Goiás. Professora titular do curso de Pedagogia e do Programa de pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Goiás. E-mail: Lba.liliane@gmil.com.

⁴ Dardot e Laval (2016) datam a origem das ideias neoliberais e do termo neoliberalismo em 1938, no Colóquio Walter Lippmann, em Paris. Nas décadas seguintes, essas ideias foram gestadas e

agir, pensar e sentir dos indivíduos. Como a escola não está alienada a essas modificações da esfera humana e social, elas acabaram alterando as concepções educacionais, as maneiras de se ensinar e os conteúdos e os materiais que fazem parte das aulas ministradas nas unidades educacionais. Tomada por influências neoliberais, a educação brasileira contemporânea adota, cada vez mais, práticas educativas pragmatistas e instrumentais em que o professor deixa de lado uma perspectiva de formação ética e estética para instruir seus alunos na execução de procedimentos.

Essas alterações no processo educativo acabam alterando consideravelmente o trabalho do professor, que deixa de ser um formador de sujeitos emancipados e críticos para ser um mero reprodutor de práticas alinhadas a um sistema que objetiva apenas formar para o trabalho, docilizar e produzir indivíduos acríticos. Diante disso, este artigo procura refletir sobre as mudanças no trabalho do professor e compreender como ocorre a relação entre neoliberalismo e a escola.

METODOLOGIA

Conforme Tonozi-Reis (2009, p. 36, grifo da autora), a pesquisa bibliográfica caracteriza-se, fundamentalmente, pelo “fato de que o campo onde será feita a coleta dos dados é a própria *bibliografia* sobre o tema ou objeto que se pretende investigar”. Isso requer do pesquisador, além de disciplina e objetividade no tratamento das fontes, um movimento interpretativo que lhe permita a reelaboração de um percurso conceitual acerca do tema em tela. Segundo Severino (1985, p. 60),

interpretar, num sentido restrito, é tomar uma posição própria a respeito das ideias enunciadas, é superar a estrita mensagem do texto, é ler nas entrelinhas, é forçar o autor a um diálogo, é explorar toda a fecundidade das ideias expostas, é cotejá-las com outras, enfim, é dialogar com o autor

Inserida nesse movimento interpretativo, esta pesquisa é uma revisão bibliográfica que utiliza fontes de informação impressas e digitais para acessar reflexões teóricas e resultados de pesquisa de outros autores a fim de compreender quais são as características do neoliberalismo, quando ele chegou ao Brasil e como esse modelo econômico vem transformando o Estado brasileiro, as políticas para a educação e a prática do professor em sala de aula.

acabaram marcando os governos de Margareth Thatcher (Reino Unido) e Ronald Reagan (Estados Unidos da América) anos depois.

Para isso, foram utilizadas técnicas relacionadas ao estudo bibliográfico: leitura de livros, de artigos científicos e construção de fichas de leitura para o momento de análise e discussão dos dados. Os resultados foram organizados em três seções: **Neoliberalismo – gênese e episteme; Influências do neoliberalismo na educação; Considerações finais.** O objetivo final deste estudo é avançar na compreensão de como a prática do professor brasileiro em sala de aula vem sendo transformada pelas influências do Estado neoliberal e pelas suas políticas para a educação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neoliberalismo – gênese e episteme

Nascido como uma contrapartida do capitalismo ao Estado de bem-estar social que dominou o cenário mundial depois da Primeira Guerra Mundial e da Crise de 1929, o neoliberalismo desponta como uma resposta de vários economistas para resolver a crise do capital que solapou o mundo na década de 70. Essa nova roupagem do liberalismo capitalista surgiu nos países centrais, como os Estados Unidos da América e Reino Unido, e aos poucos foi sendo replicada em países periféricos, num projeto audacioso de instaurar uma nova forma de gerir o Estado que possibilitasse a abertura para uma economia global mais eficiente.

Em seu projeto reformista, o neoliberalismo afirma ser a única solução para a crise gerada pelo Estado Previdenciário ou Socialdemocrata que, com suas políticas econômicas e sociais, visava a garantia de direitos para que a sociedade tivesse a possibilidade de viver em um estado de bem-estar. O Estado, na perspectiva socialdemocrata, passou a intervir na economia, a regular as relações comerciais e de trabalho e a prover uma gama de direitos sociais. O governo, com suas intervenções, passou, portanto, a garantir condições mínimas nas áreas de saúde, educação, habitação, seguridade social, etc., e, em momentos de crise, a fazer as mudanças necessárias na economia para que esses direitos sociais fossem mantidos, contrariando os preceitos liberais clássicos.

Para os neoliberais, no entanto, o Estado tem de ser mínimo, e o mercado deve ser o grande regulador econômico e social. Segundo Pires e Reis (1999, p. 32), os pilares da proposta neoliberal são “a moeda estável, a concentração de riquezas, a contenção de gastos com as funções sociais do Estado, o combate ao sindicalismo e a taxa natural de

A crise fiscal por que passavam a maior parte dos países socialdemocratas foi o mote para se apregoar que os gastos públicos deveriam ser diminuídos, que o Estado deveria ser menor e mais eficiente e que o excesso de direitos trabalhistas era o principal motivador da crise econômica mundial.

Na proposta neoliberal, o Estado mínimo não quer dizer, segundo Pires e Reis (1999), Estado fraco. Segundo essas autoras, o Estado deve continuar sendo forte e regulador, mas não deve ter tantas obrigações sociais. Nessa perspectiva, o cidadão deve arcar com suas necessidades, e o mercado deve ser o grande regulador econômico. Ao Estado, cabe a função de impor políticas que favoreçam a liberdade do mercado e de transferir para o mercado todas as funções públicas não essenciais. Sendo a pior versão do capitalismo, o neoliberalismo coaduna com a ideia de que o capital exerce o poder sobre o mundo e sua concentração gera riqueza, levando as regras do mercado, cujo objetivo principal é o lucro, a controlar todas as esferas da vida humana.

No Brasil, segundo Pires e Reis (1999), o neoliberalismo começou a estabelecer os seus tentáculos na década de 90, no governo de Fernando Collor de Melo. Para essas autoras, é válido observar que essa doutrina econômica estabelece-se mesmo antes de o Brasil ter desenvolvido seu estado de bem-estar social. Isso faz com que aqui tenhamos consequências mais nefastas desse fenômeno. Inicia-se, nesse período, a adoção de uma série medidas liberalizantes: abertura comercial, privatização de estatais, redução dos gastos públicos (austeridade), reforma tributária e previdenciária, liberalização do mercado e dos agentes financeiros, diminuição do custo do trabalho para alavancagem da concorrência dos produtos e dos lucros, entre outras medidas.

Essas recomendações, segundo Carinhato (2008), foram difundidas pelos países periféricos pelo Fundo Monetário Internacional⁵ e pelo Banco Mundial, principais aparelhos ideológicos dos países neoliberais centristas. Ao longo da década de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso, essas medidas alcançaram, no Brasil, o seu ponto alto e, de lá para cá, a cada ano percebemos o neoliberalismo como perspectiva de sucessivos governos, em maior ou menor grau de aderência. Todas essas

⁵ Na América Latina, segundo Carinhato (2008), o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial tiveram papéis importantes na sedimentação dos ideais neoliberais. Para liberarem empréstimos e prazos maiores para o pagamento das dívidas, os países latino-americanos foram obrigados a adotar as políticas de estado neoliberais, cumprindo uma série de prescrições da proposta de gestão neoliberal. Em seu artigo, esse autor faz uma descrição detalhada do processo de implementação dos pilares neoliberais no Brasil.

medidas são tomadas, segundo esse discurso, em prol de tornar o Brasil apto ao crescimento econômico e ao desenvolvimento.

No discurso de sucessivas reformas neoliberais que presenciamos nas últimas décadas, o Estado é sempre destacado como ineficiente e os serviços públicos são destacados como de má qualidade. Segundo Carinhato (2008, p. 43),

Em boa medida, foi esta a retórica utilizada pelos ideólogos do neoliberalismo que, ao assumirem o poder presidencial em meados dos anos 90, disseminaram a ideia de ineficiência estatal e necessidade de reformas que colocassem o país na rota do crescimento econômico que minoraria as desigualdades sociais.

Percebe-se, no discurso dos neoliberais, já nessa época, um clamor por reformas que aproximassem a gestão governamental da gestão das empresas privadas, com valores como eficiência, racionalização, otimização, economia de recursos e concorrência.

A gestão do Estado é sempre inferior à gestão do mercado, na perspectiva neoliberal, portanto é preciso reformá-la a partir de critérios como a otimização dos recursos humanos e financeiros. Seus apoiadores elencam uma série de argumentos que enaltecem a adoção governamental dos ideários privados. Dentre eles, Carinhato (2008) destaca que, para os neoliberais, só a concorrência do mercado pode gerar bons produtos e serviços a bons preços, a liberdade de escolha e a soberania do consumidor só seriam alcançadas num ambiente de concorrência, e os cidadãos responsáveis pelas suas necessidades seriam livres, acabando-se com o paternalismo e com os privilégios do Estado Providência. Segundo Pires e Reis (1999, p. 36), “os direitos sociais, tratados como mercadorias, são colocados no setor de serviços, serviços com os quais o Estado vai se desobrigando.” Cada cidadão passa a ser, no Estado neoliberal, responsável pelo provimento das suas necessidades básicas, sendo o sucesso ou o fracasso na vida social sua responsabilidade.

A escolha por políticas sociais focalizadas, pelo racionamento dos gastos, pela redução da responsabilidade do Estado enquanto provedor de direitos sociais básicos à população obstaculiza e dificulta a proposição e efetivação de uma política social inclusiva. A perspectiva neoliberal acaba deixando cada cidadão à deriva de suas próprias realizações. O cidadão é o indivíduo, aquele que tem a liberdade e a obrigação de ser bem-sucedido na concorrência da vida, que se assemelha cada vez mais da concorrência do mercado.

Dardot e Laval (2016) analisam os efeitos do neoliberalismo na vida social do homem contemporâneo e trazem importantes contribuições para a sua compreensão.

Esses autores, o neoliberalismo constitui-se em uma nova racionalidade, ultrapassando os limites de uma teoria econômica ou de uma ideologia. Para eles, a subjetivação neoliberal estrutura a conduta e a organização da sociedade em todos os níveis e supera a dimensão econômica, englobando outras dimensões da vida humana e condicionando as condições de ser e estar no mundo.

A racionalidade neoliberal é proveniente de uma série de discursos e práticas marcados que têm a concorrência como norma de conduta. O ser humano, no neoliberalismo, segundo Dardot e Laval (2016), transformou-se num sujeito-empresa, que compete com os outros e com ele mesmo pela sobrevivência e pelo sucesso, assumindo riscos e responsabilidades por sua sorte. O indivíduo passou a ser um empreendedor de si mesmo, totalmente responsável por suas escolhas e que não deve ser tolhido pelo Estado, ele deve se autogovernar, ser eficiente e produtivo. No mercado, esse indivíduo encontra espaço para sua autoformação como sujeito econômico e para sua autorrealização. Trata-se de um modo de vida ultracompetitivo em que se enaltecem os vencedores e desprezam-se os não-adaptados, encarados como incapazes de lidar com os desafios da vida moderna.

Esses autores analisam como a lógica da eficiência neoliberal tomou conta da gestão pública. Ao embasar-se na teoria da Escolha Pública⁶, constrói-se uma visão cínica dos servidores públicos, que são compreendidos como egoístas e interessados, como os demais indivíduos. Como isso levaria, na gestão pública, à má utilização dos recursos, as repartições públicas, então, deveriam seguir normas da gestão privada, de padrões de desempenho, eficácia e eficiência, com sistema de incentivos, indicadores de resultado e mecanismos de vigilância, punição e bônus individual. (DARDOT; LAVAL, 2016) Percebe-se claramente o discurso empresarial nessa perspectiva, na qual o servidor público deve ser concebido como um empreendedor sujeito à lógica da competição, levando as instituições estatais à absorção total aos padrões do mercado.

Não é de se estranhar que todas essas transformações sociais e ideológicas chegassem à escola, instituição do Estado responsável pela propagação de seus ideais, e a próxima sessão analisará como se dão as modificações nas práticas escolares e nas práticas dos sujeitos envolvidos no processo pedagógico: professor e aluno.

⁶ Nos estudos econômicos, a teoria da escolha pública opõe-se à corrente que fundamenta a intervenção do Estado na economia — a economia do bem-estar. Enquanto esta se centrava nos excessos e deslizes do mercado que justificavam a intervenção do Estado, a teoria da escolha pública busca enfatizar a ineficiência do governo e os limites de sua intervenção. Essa teoria defende uma menor regulação do Estado na economia e é mote do discurso dos neoliberais.

Influências do neoliberalismo na educação

A educação escolar, como principal meio de reprodução dos objetivos do Estado enquanto formação de novos cidadãos, acaba sendo cooptada pela ideologia neoliberal (FREITAS, 2018). De pouco a pouco, ela acaba adotando uma série de práticas neoliberais, que transformam o que é ensinado e como se ensina na escola.

Um dos primeiros sintomas neoliberais na educação é a transformação das escolas em organizações. Segundo Coêlho (2012, p. 61), quando uma escola busca alinhar-se com as necessidades sociais e trabalha para “atender as exigências do Estado e às expectativas da sociedade, e em tornar-se eficiente e produtiva, alcançar bons resultados nas avaliações”, ela deixa de ser uma instituição⁷ e acaba se tornando operacional, negando, o que, para esse autor, é a sua natureza. Ela se torna uma organização. Nas organizações, a preocupação é com os aspectos burocráticos, com a gestão, com o funcionamento, com a organização, e o maior interesse reside nos resultados, no desempenho, na performance dos estudantes. Manifesta-se, nas organizações, o que Coêlho (2012, p. 62) chama de “lógica pragmática e instrumental” em que o saber é “reduzido a informação, verdade pronta, produto, mercadoria”.

Como a educação, na cartilha neoliberal, busca servir a propósitos industriais e empresariais, a preparação para o mercado de trabalho competitivo acaba tomando o centro do processo educativo. Estabelece-se, na escola, uma competitividade, com ranqueamento de alunos a partir de um sistema avaliativo que reforça a disputa, proclamando-se os méritos do livre mercado e da livre iniciativa. O foco do processo de ensino-aprendizagem são as competências e habilidades que preparam o indivíduo para uma vida produtiva no mercado trabalho. Segundo Lima (2007, p. 49),

Podemos dizer que em matéria educacional, o projeto neoliberal não se diferencia muito dos seus objetivos econômicos e ideológicos, quais sejam: expansão do mercado livre, a drástica redução da responsabilidade governamental pelas necessidades sociais, o reforço das estruturas intensamente competitivas de mobilidade, o rebaixamento das expectativas das pessoas em termos de segurança econômica e a popularização de uma determinada forma de pensamento de evolução social.

⁷ Coêlho (2012) opõe a organização à instituição. A escola como instituição, defendida pelo autor, é um local “de formação humana, a escola cultiva e ensina o saber vivo, instituinte, provocante da inteligência, da imaginação e da sensibilidade de docentes, discentes, seres humanos em geral” (p. 77)

Como se percebe, é propagada pelos neoliberais a ideia de que os méritos de cada um colocam-no no lugar merecido. No sistema educacional brasileiro, o ranqueamento das instituições a partir de uma política avaliativa em larga escala estabeleceu uma competição entre escolas, municípios e estados. Cada unidade escolar tem sua nota a partir dos méritos alcançados pelos alunos, criando-se uma disputa raivosa entre entidades educacionais. Notas altas resultam em uma boa prestação de serviço público, nessa perspectiva, notas baixas indicam que a unidade escolar não prestou um bom serviço à sociedade, merecendo ser preterida pelas que obtiveram sucesso na livre concorrência do mercado. Essas avaliações são essencialmente instrumentais e são elaboradas a partir de matrizes de habilidades e competências úteis ao mercado.

A ideia é convencer o cidadão de que ele pode escolher as melhores escolas do mercado educacional e fazer com que as escolas se esforcem para melhorar seus resultados para conseguirem vencer a disputa mercadológica. De acordo com Lima (2007), a educação, nesse sentido, passa a ser encarada como mercadoria, algo possível de ser escolhido seguindo os critérios das demais mercadorias e serviços, ou seja, a partir de um controle de qualidade. E as escolas são vistas como empresas, que devem melhorar seus processos para garantir melhores resultados e para manter seus clientes.

A ação do Estado, nessa política de avaliação e responsabilização das escolas, acaba se reduzindo a garantir recursos para a educação. Todo processo de melhoria da educação passa a ser responsabilidade das escolas e dos professores. O Estado mínimo não se responsabiliza pela melhoria do seu sistema educacional, apenas o controla a partir dos resultados de uma política avaliativa meritocrática. Não se pode deixar de notar também o que ressalta Lima (2007, p. 51) quando afirma que “o extremo individualismo, proposto por esse modelo, não favorece as políticas democráticas de participação e compromisso com a realidade social”.

Como se pode inferir, nesse modelo de educação, a escola como instituição é colocada de lado e o produto da formação é um indivíduo despolitizado, indiferente, acrítico, que se preocupa somente com a posição que ocupa na estrutura ocupacional e com a manutenção de sua capacitação para que possa competir e manter suas conquistas. As finalidades de transformar a sociedade e de fazer com que as pessoas que compõem o grupo possam participar politicamente das decisões e aperfeiçoar a vida coletiva são

de lado. Em vez de formar para a ética e para a cidadania, a educação ensina habilidades e competência úteis para o indivíduo em sua vida prática.

Outra marca do sistema de educação neoliberal, segundo destaque de Lima (2007, p. 54) é que ele é “avesso à própria ideia de cultura, privilegiando o puro tecnicismo, que anula o sentido das humanidades relegadas à condição de ornamentos ou de anacronismo tolerado.” Ao enaltecer a modernização e o avanço da técnica, o neoliberalismo institui uma perspectiva de educação que torna o indivíduo cada vez mais objetivo e racional. Como aponta Coêlho (2012), as escolas viram centros de treinamento onde se conhece, repete-se e transmite-se saberes. Elas, infelizmente, deixam de ser espaços de pensamento, de criação e de humanização. Há um abandono da intenção de “provocar a sensibilidade, a imaginação e a reflexão dos estudantes” (COÊLHO 2012, p. 65). Prevalece a ideia de que o domínio amplo do saber sistematizado pela humanidade é supérfluo.

Material apostilado, métodos de ensino detalhados, plataformas de educação a distância, produtos tecnológicos, assessorias de grandes empresas do capital, uniformização de conteúdos, essas são algumas das estratégias das escolas-organizações, dos centros de treinamentos neoliberais. Em busca de resultado rápido e quantificável, a escola cada vez mais desenvolve estratégias utilitaristas, ensinando o que é necessário no mundo do trabalho e minimizando o debate de ideias e o pensamento crítico. O ensino, nessa perspectiva, passa a ser encarado como um instrumento para a mudança de etapa de ensino ou para o alcance de posições no mercado de trabalho.

Laval (2004) aponta que a escola é o principal alvo do neoliberalismo porque é a partir dela que se forma uma nova subjetividade, a do homem-empresa. Segundo o autor, há uma transformação em curso nas sociedades neoliberais, uma modificação das relações do indivíduo com seus pares e dele consigo mesmo. O indivíduo é levado a se considerar um “capital humano”, aquele capital de características humanas, racionais, que se valoriza somente quando é útil ao mercado. Por isso, é necessário começar seus estudos desde cedo para tornar-se um ser rentável, um empreendedor de si mesmo. A escola neoliberal contribui nessa tarefa porque tem como alicerce a eficiência, o desempenho e a rentabilidade. Com o mote de proporcionar a igualdade entre os indivíduos, o sistema escolar neoliberal deseja levar cada um a extrair de si o melhor possível, estimulando a

de, a concorrência e a competição entre alunos a partir de testes e avaliações sistemáticas.

Na escola brasileira contemporânea, podemos perceber o protagonismo do produtivismo no processo de ensino-aprendizagem e o papel central das avaliações nesse processo. Os pais e os sistemas educacionais acreditam que, quanto maior for a quantidade de atividades e de avaliações dos filhos/alunos, maior será o benefício futuro quando eles ingressarem no mercado de trabalho. A formação básica dos adolescentes e jovens já se inicia em busca do aprimoramento do sujeito-empresa com as atividades do ensino básico conjugadas com cursos de idiomas (muitas vezes, a escola tem em sua proposta o ensino bilíngue), oficinas diversas de esporte, de robótica e de reforço escolar, entre outras. Na grade curricular das escolas, é comum também a contemplação de disciplinas com enfoque no projeto de vida e no empreendedorismo na segunda fase do ensino básico. Desde cedo, os alunos são estimulados a pensar nas responsabilidades sobre sua vida e nos resultados que suas ações presentes terão no futuro trabalho que irão exercer quando saírem da escola.

Outro elemento que corrobora com essas práticas educacionais de preparo para o ingresso no mundo do trabalho e busca estabelecer controle sobre o que e como se ensina é a Base Comum Curricular. Segundo Macedo (2014), essa base comum que visa a ancorar os currículos locais vem sendo pensada desde a LDB que, em seu artigo 26, já preconizou a sua elaboração. Desde essa data, segundo essa autora, grupos políticos neoliberais vêm gestando uma forma de promover “intervenções centralizadas no currículo, na avaliação e na formação de professores” (MACEDO, 2014, p. 1533), tripé das reformas propagadas como necessárias para elevar a qualidade da educação.

O primeiro passo dessa empreitada foi a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais e das matrizes de referência das avaliações em larga escala que passaram a aferir a qualidade da educação nacional. Segundo Macedo (2014, p. 1533), nesse período,

Paralelamente, agentes sociais privados apareciam no cenário da educação, buscando interferir nas políticas públicas para a educação também com perspectivas de maior controle sobre os currículos. Fundações ligadas a conglomerados financeiros como Roberto Marinho, Victor Civita, Ayrton Senna e Lemann, empresas como Natura, Gerdau e Volkswagen, grupos educacionais como CENPEC e “movimentos” como o Todos pela Educação são alguns dos exemplos.

Embora não seja um fenômeno exclusivo do Brasil, essa interferência do setor privado na educação foi logo ganhando notoriedade por aqui e influenciou

Intencionalmente o debate a favor da centralização curricular como forma de melhorar a educação e a elaboração da nossa base comum. Partindo de uma necessidade já abordada no Plano Nacional de Educação, a BNCC foi homologada em 2017. Macedo (2014) investiga como o discurso neoliberal que apregoa um conceito de qualidade da educação alinhado a seus objetivos tornou-se hegemônico e passou a dominar a elaboração desse documento. Disfarçado em uma linguagem própria da pedagogia, baseada na aprendizagem e na necessidade de avaliação para se aferir a qualidade do processo educativo, o discurso neoliberal acabou ganhando a aderência de muitos profissionais e de muitas entidades ligadas à educação. Vende-se a ideia de que a qualidade só será garantida quando se houver o controle do que é ensinado e do que é aprendido por meio de avaliações.

Mapeando a rede que debateu a construção da base comum brasileira, essa autora notou a presença massiva de instituições privadas e das fundações já mencionadas na formulação de um discurso vigoroso que, tendo o mote da garantia dos direitos de aprendizagem, esconde as intencionalidades de controle e monitoramento das performances de professores e das escolas, adotando práticas empresariais do mercado para problemas complexos como os educacionais, segundo Macedo (2014). Há, como se percebe, uma nítida interferência do setor privado em questões públicas, como a educação.

Sem dúvida, essa colaboração dos representantes do setor privado não é despretensiosa e sem intenções. Com a BNCC, criou-se um mercado de novos materiais, metodologias, plataformas e avaliações para que todas as escolas possam padronizar seu ensino, adequando-se a essa nova exigência que surge como política pública, mas que tem forte influência do mercado. As parcerias com essas instituições privadas acabam transferindo responsabilidades do Estado para atores do mercado, diminuindo cada vez mais as responsabilidades deste e implementando os pilares do neoliberalismo.

É válido ressaltar que essas questões estão dentro de outras maiores: que novos sentidos estão sendo construídos para a educação no Brasil? E como esses novos sentidos estão impactando no trabalho do professor nas salas de aula do sistema brasileiro de ensino?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um lado, avaliações em larga escala controlando os resultados dos alunos e cobrando do professor sua responsabilidade de ensinar determinadas habilidades e competências; do outro, a BNCC, prescrevendo as habilidades e competências que o ensino deve garantir para que se efetivem o direito de aprendizagem e a equidade de oportunidades entre os estudantes; acima de todos, o mercado, cobrando a formação de novos sujeitos-empresas: como pode ser pensado o trabalho do professor diante desses limites?

Na lógica da organização-escola neoliberal, o professor passa a ser um reproduzidor de dados e informações organizadas e sistematizadas, habilidades e competências didático-pedagógicas e de gestão. É aquele que, a partir do domínio da técnica, da tecnologia e do conhecimento sistematizado, garante o bom funcionamento e o controle da sala de aula a fim de garantir os objetivos das políticas educacionais que objetivam conformar os indivíduos e formar a mão de obra qualificada para o mercado, o futuro consumidor, o empreendedor de si mesmo, o sujeito-empresa.

Nessa perspectiva, não é necessária para o docente uma formação profissional crítica, que interrogue a natureza, a finalidade da educação e a estruturação desigual da sociedade. Sem o compromisso de estimular os alunos a pensarem, criarem, sentirem, participarem das decisões coletivas e desejarem o bem comum, o professor passa a ser um mero burocrata, um reproduzidor de métodos, um treinador que aplica uma série de atividades, geralmente produzidas por outrem (uma secretaria de educação ou ministério) e colhe, avalia e quantifica os resultados produzidos pelos alunos. A partir desses resultados, está o indivíduo formado, certificado e preparado para competir no mercado de trabalho em busca do seu espaço e do seu sucesso como empreendedor de si mesmo. Ele irá desfrutar do capital acumulado, se obteve mérito na acumulação, e terá de ter flexibilidade para lidar com as constantes mudanças que ocorrem no mundo contemporâneo.

O docente passa a ser visto como um profissional que, a partir da aplicação de sua técnica, pode gerar determinados resultados desejados para seus discentes. Esses resultados, inclusive, devem ser produzidos no menor tempo possível e com a menor utilização de recursos. Não há espaço para o tempo que viabiliza a reflexão, que provoca o intelecto e a inteligência. Dificilmente, dominado por currículos e avaliações que organizam e controlam o processo de ensino-aprendizagem, o professor levará seu aluno

individualidade que dá sentido às informações e que torna os conteúdos estudados significativos. O que se faz, na educação neoliberal, paradoxalmente, é a instrumentalização de indivíduos reprodutores de informações e de conhecimentos prontos, muitas vezes transmitidos por plataformas, com ou sem auxílio do professor.

Com essa despersonalização do papel do professor, perde-se, segundo Coêlho (2014, p. 93), o sentido e a finalidade da escola, que é “a iniciação lenta e persistente, crítica e rigorosa dos estudantes no mundo da reflexão, da ética, da tecnologia, das letras e das artes e das ciências”. Em uma sociedade neoliberal, a crítica e a reflexão são dispensáveis; a ética é a da primeira pessoa, o benefício do eu; a arte é consumida como produto, sem reflexão, numa experiência estética empobrecida; o conhecimento, fragmentado e despossuído de sentido.

Não há um compromisso com o olhar curioso e interrogativo ou com a humanização do indivíduo em formação. O professor passa somente a instruir, ele deixa de refletir e de interrogar, abandona seu objetivo primeiro, a promoção do “convite a girar o olhar do espírito, a se iniciar com rigor e radicalidade ao pensamento, à autonomia, à liberdade, à igualdade e à fraternidade” (COÊLHO, 2014, p. 93).

REFERÊNCIAS

CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Aurora**, nº 3, p. 37-46, dezembro, 2008.

COÊLHO, Ildeu Moreira. Qual é o sentido da escola? In: COÊLHO, Ildeu Moreira. (org.) **Escritos sobre o sentido da Escola**. Campinas: Mercado das Letras, 2012. p. 59-85.

COÊLHO, Ildeu Moreira. Formar professores para uma outra escola. In: COÊLHO, Ildeu Moreira. (org.) **Escritos sobre o sentido da Escola**. Campinas: Mercado das Letras, 2012b. p. 87-107.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Bointempo, 2016.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

LIMA, Marcio Javan Camelo de. Neoliberalismo e educação. **Studia Diversa**, CCAE-UFPB, vol. 1, nº. 1, outubro, 2007.



MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 03, p. 1530 – 1555, out./dez., 2014.

PIRES, Maria Fernanda Chiri; REIS JÚNIOR, Reinaldo de Lima. T. Globalização, neoliberalismo e universidade: algumas considerações. **Interface** - Comunicação, Saúde, Educação, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 29-39, fev., 1999.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 1985.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da Pesquisa**. 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2009.